

À

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JERÔNIMO ILMO SR (A). PREGOEIRO (A) E EQUIPE DE APOIO,

REF.: PREGÃO ELETRÔNICO Nº 049/2025

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº: 220/2025

**EDITAL Nº: 056/2025** 

ABERTURA DA SESSÃO: 08/08/2025

**AIR LIQUIDE BRASIL LTDA.**, sociedade empresária, com sede estabelecida na Av Morumbi, 8234 - 3.andar, Santo Amaro, São Paulo/SP, CEP 04703-901, inscrita no C.N.P.J. sob o n.º 00.331.788/0001-19, e com filial estabelecida na Rua General David Canabarro, 600 - Centro, CEP 92.320-110, Canoas/RS, inscrita sob C.N.P.J. n.º 00.331.788/0027-58, doravante denominada **IMPUGNANTE**, vem, mui respeitosamente, perante V.Sa., com fulcro no artigo 164 da Lei 14.133/21, apresentar a presente **IMPUGNAÇÃO** ao edital convocatório, pelas razões de fato e de direito a seguir expostas.

Com a finalidade de cumprir, de forma integral, ao que dispõe os princípios e normas que regem o processo licitatório, a **IMPUGNANTE** vem requerer ao (a) Ilmo (a) pregoeiro (a), que avalie esta peça de impugnação e consequentemente reavalie o presente edital convocatório.

#### I. CONSIDERAÇÕES INICIAIS.

A IMPUGNANTE eleva sua consideração a esta Douta Comissão de Licitação e esclarece que o objetivo desta impugnação ao edital da licitação em referência não é o de procrastinar o bom e regular andamento do processo, mas sim evidenciar a esta Nobre Comissão os pontos que necessitam ser revistos, pois se mantidos provocarão a violação dos princípios e regras que regulam o processo licitatório, de forma especial, o Princípio da Competitividade e o da Economicidade.

### II. DOS DESCRITIVOS TÉCNICOS RESTRITIVOS

O edital traz descritivos técnicos com especificações restritivas, ao informar que, os itens 01 e 02, deverão possuir "mangueira extensora de até 5m", o que leva o presente certame, a ter prejuízos quanto à ampla participação e competitividade.

Faz-se necessário observar que, aceitar mangueiras extensoras maiores, tais quais as de 7m, além de manter a aptidão dos produtos em realizar as finalidades desejadas por este órgão, às quais se destinam os equipamentos, se mostram como medidas justas, em observância ao princípio da razoabilidade, economicidade e competitividade.

Cumpre salientar ainda que, previsões editalícias restritivas, como as do presente certame, se mostram injustas, e prejudiciais não só aos licitantes, como também para a própria Administração, visto que reduzem significativamente a concorrência e a Administração fica restrita à altos preços ou até mesmo ao fracasso da licitação.



Desta forma, considerando que, não há qualquer prejuízo no uso do produto ao modificar o descritivo, com previsão da possibilidade de entrega de mangueiras que possuam 7 metros, e não apenas até 5 metros, requeremos que seja alterado o descritivo, a fim de ampliar a competitividade.

## III. DA INEXATIDÃO DO DESCRITIVO DOS ITENS 3, 4 E 5

O descritivo dos itens 3, 4 e 5 informam "Locação de Cilindro", porém, descrevem o fornecimento de "recargas de oxigênio", como no exemplo do item 04, constante da imagem abaixo:

	Locação de Cilindro						
4	Descrição complementar:  Fornecimento de oxigênio medicinal através de recargas à domicílio.  Oxigênio medicinal comprimido acima de 3m³ até 7m³ - recarga	16128	Serv.	10	R\$98,79	R\$987,90	R\$11.854,80
	Especificações:  - Fórmula molecular O2;  - Peso molecular 32g/mol;  - Concentração mínima de 99,0%;  - Gás comprimido, incolor e inodoro;  - Cilindros acima de 3 metros cúbicos até 7 metros cúbicos, fornecidos pela empresa em comodato, acompanhado de válvula, cateter, óculos nasal e umidificador.						

Como pode ser verificado, apesar de constar que trata-se de "locação de cilindro", o descritivo informa o fornecimento de recargas.

As informações se mostram, portanto, contraditórias, haja vista que são 2 serviços diferentes. A aquisição de gases, por exemplo, se dá por m³ (metro cúbico), uma vez que, a variação de tamanho entre cilindros (nesse caso, serão aceitos de 3 a 7 m³), que causa prejuízo ao órgão quando há aquisição por "cilindro". Já a locação de cilindros, se resume apenas a locação de cilindros vazios, para servirem como "recipientes" para gases.

Desta forma, questiona-se:

- 1. O objeto dos itens 3, 4 e 5 é a locação de cilindros ou a aquisição de gases?
- 2. Se se tratarem de recargas, essas se destinam à figurar como "backup" para os itens 1 e 2?
- 3. Sendo positiva a resposta da questão anterior, e destinando-se as recargas para servir como "backup" para os itens 1 e 2, faz-se importante destacar, que as



quantidades licitadas, não são suficientes para suprir as duas recargas de backup previstas.

## IV. QUANTO À NOTIFICAÇÃO DO MINISTÉRIO DA SAÚDE

O edital prevê, como requisito de habilitação a apresentação de "Notificação no Ministério da Saúde (ANVISA) do medicamento (Oxigênio medicinal)."

Ocorre que, a Anvisa, através da RDC nº 870/2024, de 1 de Junho de 2024, ao instituir a necessidade de Registro ou Notificação, deu prazo 24 (vinte e quatro) meses, para que as empresas encontrem-se sujeitas ao referido registro ou notificação, ou seja, até o momento, as empresas não encontram-se obrigadas a possuir o registro ou notificação.

Art. 63. Fica concedido o <u>prazo de 24 (vinte e quatro) meses</u>, a contar do início de vigência desta Resolução, <u>para que as empresas realizem a notificação ou solicitem o registro dos gases medicinais</u> enquadrados como medicamentos que produzam. (RDC 870/2024)

Desta forma, determinar que as empresas apresentem registro ou notificação na data do certame, para comprovar sua habilitação, sendo que a própria ANVISA informa a necessidade de registro apenas no ano de 2026, se mostra como uma exigência excessiva e prejudicial à competitividade do certame.

Considerando que, a exigência não encontra amparo legal, <u>requeremos a retirada da</u> <u>exigência de "Notificação no Ministério da Saúde (ANVISA) do medicamento (Oxigênio medicinal)"</u>.

# Licitação é sinônimo de Competitividade, onde não há competição, não poderá haver licitação.

Consubstanciando a importância do Princípio da Competitividade, transcrevemos abaixo o entendimento do Prof. Diógenes Gasparini, apresentado no II Seminário de Direito Administrativo do Tribunal de Contas do Município de São Paulo (fragmento retirado do sítio <a href="http://www.tcm.sp.gov.br/legislacao/doutrina/14a18">http://www.tcm.sp.gov.br/legislacao/doutrina/14a18</a> 06 04/diogenes gasparini4.htm):

"O princípio da competitividade é, digamos assim, a essência da licitação, porque só podemos promover esse certame, essa disputa, onde houver competição. É uma questão lógica. Com efeito, onde há competição, a licitação não só é possível, como em tese, é obrigatória; onde ela não existe a licitação é impossível.

(...)

Em suma, o princípio da competitividade de um lado exige sempre em que se verifique a possibilidade de se ter mais de um interessado que nos possa atender, que nos possa fornecer o que desejamos. Essa constatação determina ou não a promoção da licitação. Portanto, a competição é exatamente a razão determinante do procedimento da licitação, mas ele tem uma outra faceta que muitas vezes é desapercebida pelo operador do Direito. Se a competição é a alma da licitação, é





evidente que quanto mais licitantes participarem do evento licitatório, mais fácil será à Administração Pública encontrar o melhor contratado. Sendo assim, deve-se evitar qualquer exigência irrelevante e destituída de interesse público, que restrinja a competição. Procedimento dessa natureza viola o princípio da competitividade."

#### V. DO PEDIDO.

Aduzidas as razões que balizaram a presente Impugnação, esta IMPUGNANTE requer, com supedâneo na Lei nº. 14.133/21 e suas posteriores alterações, bem como as demais legislações vigentes, o recebimento, análise e a admissão desta peça, para que o ato convocatório seja retificado nos assuntos ora impugnados, bem como que sejam acolhidos os argumentos e requerimentos nela expostos, sem exceção, como medida de bom senso e totalmente em acordo com as normativas emitidas pelos órgãos governamentais e de saúde e com os princípios administrativos previstos em nosso ordenamento jurídico.

Caso não entenda pela adequação do edital, pugna-se pela emissão de parecer, informando quais os fundamentos legais que embasaram a decisão do Sr. Pregoeiro.

Por fim, reputando o aqui exposto solicitado como de substancial mister para o correto desenvolvimento do credenciamento, aguardamos um pronunciamento por parte de V.S.as, com a brevidade que o assunto exige.

Termos em que pede recebimento.

São Paulo/SP, 04 de Agosto de 2025.

AIR LIQUIDE BRASIL LTDA